

COMSEA

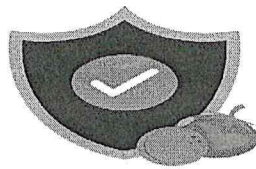
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CARAGUATATUBA-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CARAGUATATUBA

Lei Municipal nº 2.253, de 12 de novembro de 2015.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 011 GESTÃO 2025 A 2027

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, nas dependências da Casa dos Conselhos Municipais de Caraguatatuba/SP, sito a Av. Rio de Janeiro, n.º 821, Indaiá, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, contando com a presença dos(as) seguintes conselheiros(a): Maria das Mercês Rojas Marin Serra, Cíntia Franciele de Araújo Claudino, Lilian Gleicy Ehrlich, Cláudia Cristina Alves Viana, Janaina Fernanda Fortunato Basilio Santana, Elaine Moreira Avelar, Karen Fernandes da Costa Faria, Cláudio Roberto Pião e Miriã da Silva Alexandre. Justificaram ausência os(as) conselheiros(as): Ladisla Coelho Crispim dos Santos, Alexandra Damaso Fachini e Ivone de Souza Miranda. Presente também a Sra. Laura Chiziane, assessora de gestão, representando a Secretaria Executiva do CONSEA. Tendo verificado a existência de quórum suficiente para início da reunião, a presidente, Sra. Maria das Mercês Rojas, deu início aos trabalhos, cumprimentando e dando boas-vindas a todos os presentes. Aberta a reunião, a conselheira Cíntia Araújo apresentou aos presentes a proposta de projeto elaborada para participação em chamamento público voltado ao fortalecimento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no município. Durante a apresentação, foi esclarecido que o município atende aos critérios exigidos para participação no programa, em razão de já possuir equipamento público de segurança alimentar em funcionamento, o que possibilitou a elaboração de proposta voltada à modernização e ampliação da estrutura atualmente utilizada pelo Banco de Alimentos. Informou-se que o projeto poderia contemplar tanto aquisição de equipamentos quanto execução de obras, dentro dos limites financeiros estabelecidos pelo edital, sendo definida como prioridade a adequação estrutural de novo espaço público destinado à implantação de um complexo integrado de segurança alimentar. Foi relatado que, diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelo Banco de Alimentos no espaço atualmente utilizado, iniciou-se levantamento junto ao setor de Administração Municipal para identificação de imóvel público disponível que pudesse atender às necessidades do serviço. Após análise de diferentes locais, foi identificada antiga unidade escolar desativada, que se encontrava anteriormente utilizada como depósito de materiais inservíveis, mas que havia sido recentemente desocupada. A proposta foi submetida à Administração Municipal, sendo autorizada a cessão do espaço para desenvolvimento do projeto. Na sequência, informou-se que o setor de Obras Públicas foi acionado para elaboração dos projetos técnicos, levantamentos estruturais e estimativas financeiras necessárias para formalização da proposta. Destacou-se que o objetivo central consiste na modernização do Banco de Alimentos, associada à implantação de cozinha escola e estrutura integrada de produção alimentar, contemplando também horta comunitária vinculada às ações de compostagem já desenvolvidas pelo município. Foi explicado que a proposta busca integrar ações de segurança alimentar, educação nutricional, capacitação profissional e geração de renda, possibilitando que pessoas em situação de insegurança alimentar grave participem de processos formativos envolvendo cultivo, manipulação, processamento mínimo de alimentos, gastronomia básica e comercialização de produtos alimentícios. Registrou-se que a intenção do projeto é promover autonomia às famílias atendidas, permitindo que os participantes desenvolvam conhecimentos práticos capazes de gerar complementação de renda e melhoria das condições de vida. Durante a explanação, destacou-se que a horta prevista no projeto será integrada às ações de compostagem já existentes, utilizando resíduos orgânicos provenientes das atividades do banco de alimentos para produção de adubo destinado ao próprio cultivo. Também foi informado que os participantes das capacitações poderão utilizar espaço específico destinado à comercialização dos produtos elaborados ao longo das oficinas e cursos. A conselheira responsável pela apresentação ressaltou que o projeto foi estruturado a partir dos dados sociais identificados no município, especialmente os relacionados ao Cadastro Único e aos índices de insegurança alimentar. Foi informado que, conforme levantamento mais recente referente ao ano de 2024, o município contabilizava 1.039 famílias em situação de insegurança alimentar grave,



COMSEA

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL
CARAGUATATUBA-SP

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE CARAGUATATUBA

Lei Municipal nº 2.253, de 12 de novembro de 2015.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 011 GESTÃO 2025 A 2027

representando aproximadamente 9,4% dos cadastros analisados. Também foi mencionado que mais de 30% da população municipal encontra-se inscrita no Cadastro Único, demonstrando a relevância das políticas públicas voltadas à assistência e segurança alimentar no território. Os participantes discutiram ainda os impactos socioeconômicos locais, observando que o município apresenta características econômicas fortemente influenciadas pela sazonalidade do turismo, o que interfere diretamente na renda das famílias, na oferta de trabalho e na procura por benefícios e auxílios sociais, especialmente durante períodos de baixa temporada. Na continuidade da apresentação, foram detalhadas as metas previstas no projeto, incluindo a modernização estrutural do Banco de Alimentos, adequação do novo espaço físico, implantação da cozinha escola, instalação de equipamentos necessários, seleção dos participantes das capacitações e desenvolvimento contínuo de ciclos formativos integrados às atividades da horta comunitária e às oficinas de gastronomia. Também foi informado que o valor pretendido para captação de recursos corresponde ao teto previsto no chamamento público, totalizando aproximadamente um milhão de reais, incluindo contrapartida municipal obrigatória. Foram apresentados ainda os responsáveis técnicos envolvidos na elaboração, fiscalização e acompanhamento da proposta, incluindo representantes das Secretarias Municipais de Obras Públicas, Planejamento e da gestão municipal de convênios. Durante os debates, os participantes destacaram a importância da futura realização de parcerias com instituições de ensino, entidades e voluntários interessados em colaborar com as atividades formativas e operacionais do complexo alimentar, especialmente após eventual aprovação da proposta e início das atividades no novo espaço. Também foi discutida a possibilidade de realização de oficinas temáticas e cursos rápidos voltados às demandas sazonais do município, abrangendo produção de alimentos específicos em períodos festivos e oportunidades de geração de renda de rápida aplicação prática. Ao final das discussões, a proposta apresentada para participação no chamamento público foi submetida à apreciação dos presentes, sendo aprovada pelo colegiado. Nada mais havendo a tratar, foram realizados os agradecimentos pela participação de todos, encerrando-se a reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata de n. 011, que, após lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.


Maria das Mercês Rojas Marin Serra


Janaina Fernanda F. Basilio Santana


Cíntia Franciele de Araújo Claudino


Elaine Moreira Avelar


Lilian Gleicy Ehrlich


Karen Fernandes da Costa Faria


Cláudia Cristina Alves Viana


Cláudio Roberto Pião


Laura Chiziane


Miriã da Silva Alexandre

(secretariado executivo)